

ANÁLISE ESTATÍSTICA REFERENTE AO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DE COTAS SOCIAIS E RACIAIS

Regianne F. da Silva¹ (EG), Lígia Viana Andrade¹ (PQ), Regina Márcia F. da Silva¹ (TA)

¹Instituto Federal de Goiás, *Campus Itumbiara*.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Resumo

Frente à desproporção do cenário brasileiro envolvendo seletividade e exclusão social no âmbito do acesso aos bens sociais, culturais, econômicos, políticos, assim como aos bens educacionais, justificam-se pesquisas que abordem a temática das cotas sociais e raciais, enquanto ação afirmativa que venha a minimizar os reflexos desta situação social. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) determinou que instituições federais brasileiras de ensino superior garantissem a reserva de 50% das vagas, por curso, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Esta reserva de vagas ainda se subdivide para atender aos critérios de renda familiar e autodeclaração racial. Neste contexto, esta pesquisa teve por objetivo realizar um levantamento de dados referente ao ingresso de alunos em dois cursos superiores de uma mesma instituição de ensino, utilizando o método de análise estatística em pesquisa documental. O período analisado corresponde a seis semestres consecutivos, comparando o fluxo de pessoas que optaram por ingressar por via das cotas sociais e raciais neste período. Os resultados apontam para um aumento do ingresso pelas cotas sociais e raciais, nos cursos superiores, ao longo dos anos analisados (2015 a 2017). Acredita-se que este fluxo de pessoas buscando a instituição pela via das ações afirmativas esteja aumentando em consequência da maior divulgação do programa de cotas para cursar o ensino superior, o que representa um ganho para a promoção da equidade no acesso à Educação, no Brasil.

Palavras-chave: *Lei de cotas; ensino superior; ações afirmativas.*

Introdução

Esta pesquisa organizou-se em etapas bibliográfica e documental, tratando da temática concernente à Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), a qual determinou que instituições federais brasileiras de ensino superior garantam a reserva de 50% das vagas, por curso, para estudantes que tenham estudado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Esta reserva de vagas ainda se subdivide para atender aos critérios de renda familiar e auto declaração racial (BRASIL, 2012).

Pesquisas semelhantes a esta justificam-se quando compreendidas as condições de vida dos brasileiros, que se revelam desiguais, quando consideradas a distribuição de renda, moradia, escolaridade e empregabilidade. Alguns grupos são minoritariamente representados em diversos setores sociais, ou seja, ocupam posição subordinada dentro da sociedade, como os negros, as mulheres, os idosos e as pessoas com deficiência (SILVA, 2015).

O panorama referente à exclusão social e aos processos discriminatórios de diversos grupos, no Brasil, são refletidos na desigualdade de acesso ao ensino superior. Conforme Nascimento (2016), os alunos da educação básica brasileira, predominantemente, vêm de famílias de baixa renda e não alcançam os mesmos índices de escolarização que grupos mais favorecidos da sociedade, em parte, em decorrência de suas condições sociais, econômicas e culturais.

Com o objetivo de realizar análises e promover discussões sobre o tema, são apresentados alguns dados acerca dos acadêmicos ingressantes nos Cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Engenharia Elétrica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Itumbiara, nos dois semestres letivos do período compreendido entre 2015 e 2017, totalizando seis semestres selecionados para a etapa documental da pesquisa.

Material e Métodos

Para conhecer a forma com que estudantes tem ingressado, via cotas sociais e raciais, nos cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Engenharia Elétrica do IFG Campus Itumbiara, foi solicitada autorização da diretora do Campus, mediante assinatura de Carta de Anuência para liberação dos dados dos ingressantes no curso citado. Essa etapa documental da investigação realizou-se a partir do banco de dados da Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares do Campus Itumbiara.

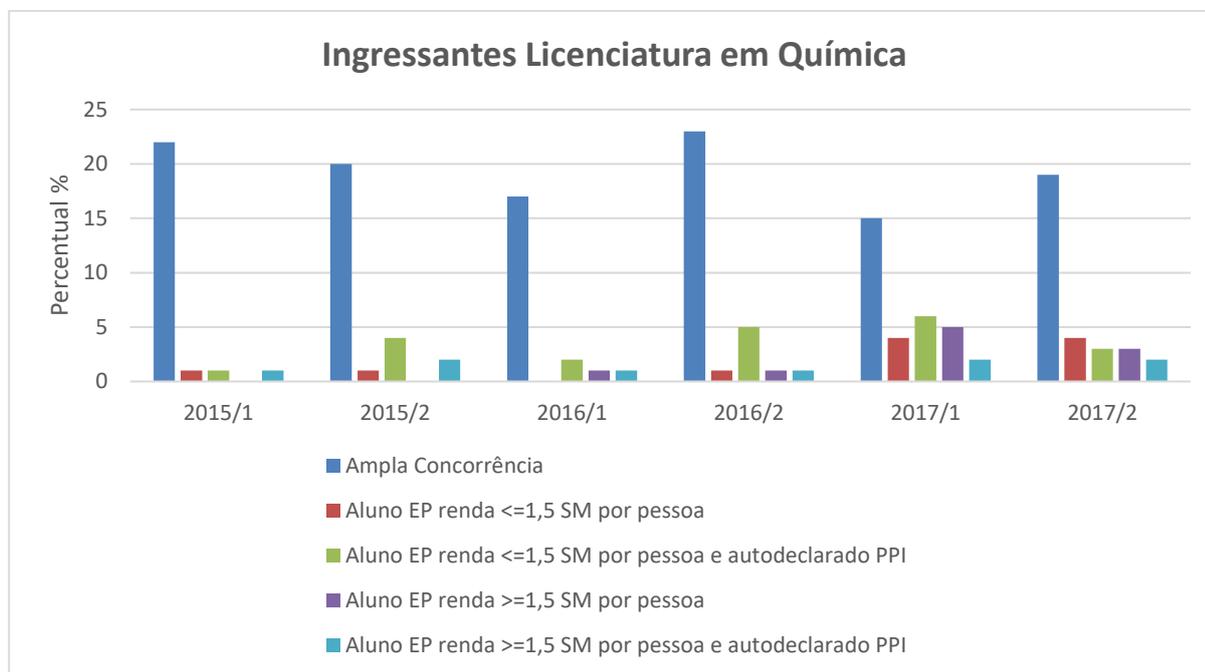
A abordagem quantitativa busca organizar dados, indicadores e tendências observáveis, ou evidenciar a regularidade dos fenômenos, enquanto a pesquisa qualitativa lida com aspectos da realidade que dificilmente seriam quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2010).

Para esta investigação, foi utilizado o formato quanti-quali, isto é, as informações passíveis de organização estatística foram assim tratadas, porém a análise envolve também informações qualitativas sobre o perfil dos alunos ingressantes. Os dados foram organizados mediante definição de um recorte temporal, qual seja, os processos seletivos dos seis semestres letivos compreendidos entre 2015 e 2017. As categorias analisadas organizadas para análise estatística foram: a) Ampla Concorrência, que refere-se aos alunos que não optaram por ingressar pela via das cotas; b) Aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa; c) Aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa E autodeclarado preto, pardo ou indígena; c) Aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar maior ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa; d) Aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar maior ou igual a 1,5 salário mínimo e autodeclarado preto, pardo ou indígena.

Resultados e Discussão

As informações sobre alunos ingressantes nos cursos analisados, quando organizadas estatisticamente, indicam que, nos dois semestres de 2015, no curso superior de Licenciatura em Química, poucos alunos ingressaram no ensino superior por meio das cotas. Por exemplo, na categoria “aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar maior ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa”, nem sequer houve alunos que a representasse. Situação semelhante ocorreu no primeiro semestre de 2016, no qual não houve inscrição de “aluno oriundo de Escola Pública”, porém neste caso, “com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa”. Os dados ilustram, como se observa no Gráfico 1, que a procura de estudantes pelo ingresso no ensino superior, por meio das cotas, teve notável aumento no decorrer dos semestres seguintes, sendo que no ano de 2017, a procura foi significativamente maior pelo ingresso por meio de cotas.

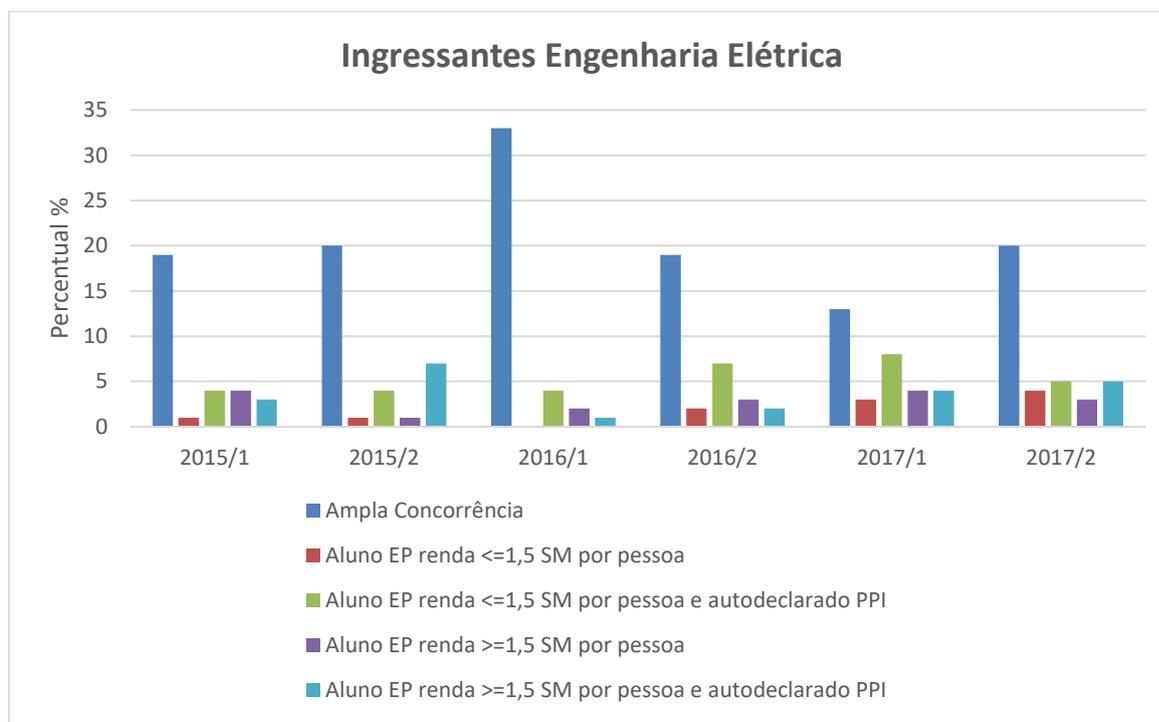
Gráfico 1 – Distribuição de Ingressantes no curso de Licenciatura em Química de 2015 a 2017.



Fonte: as autoras.

As informações sobre os ingressantes no curso superior de Engenharia Elétrica, ilustradas no Gráfico 2, indicam que somente em 2016, no primeiro semestre, na categoria “aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa”, não houve aluno que representasse o ingresso por meio de cotas. A busca maior neste curso se dá pelas categorias “aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa e autodeclarado preto, pardo ou indígena” e “aluno oriundo de Escola Pública com renda familiar maior ou igual a 1,5 salário mínimo e autodeclarado preto, pardo ou indígena” no decorrer dos semestres de 2015 a 2017.

Gráfico 2 - Distribuição de Ingressantes no curso de Engenharia Elétrica de 2015 a 2017.



Fonte: as autoras.

Conclusões

Ao analisar o ingresso dos estudantes nos cursos investigados, em relação às categorias disponibilizadas pelas cotas sociais e raciais, compreende-se, em uma leitura geral dos dados, que com o passar dos anos as ações afirmativas têm alcançado maiores resultados, já que mais alunos têm ingressado no ensino superior pela via das cotas sociais e raciais. Estes resultados corroboram a pesquisa de Nascimento (2016), segundo a qual, alunos de famílias de baixa renda têm mais dificuldade para acessar o ensino superior. Deste modo, a política de cotas na instituição analisada tem alcançado resultados positivos, pois incentiva o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas, tanto com renda familiar abaixo quanto acima de 1,5 salário mínimo, brancos e negros. Para futuras investigações, enfatiza-se que sejam propostas ações pedagógicas e sociais que promovam a permanência dos discentes na instituição de ensino superior, com a manutenção da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Agradecimentos

Agradecemos ao campus Itumbiara do IFG por disponibilizar os dados acerca dos alunos ingressantes. Esta pesquisa compreende parte dos resultados de uma investigação maior, pela qual agradecemos ao programa CNPq/PIBIC.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.711**. Brasília: 29 de agosto de 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, I. F. Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade. **Dissertação de Mestrado**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016.

SILVA, V. S. **Jovens negros no Colégio Pedro II**: ações afirmativas e identificação racial. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.